

Por Cristina Índio do Brasil

Os planos de saúde registraram queda de 3,1% no número de usuários entre setembro de 2015 e setembro de 2016, o que representou a perda de 1,5 milhão de beneficiários no país. O Sudeste foi a região que registrou a maior redução no período, passando de 33,2 milhões para 32,1 milhões de beneficiários. São Paulo foi o estado mais atingido, com a extinção de 549 mil vínculos. Em segundo ficou o Rio de Janeiro, com 319 mil. Os dados fazem parte da nova edição do [Boletim da Saúde Suplementar - Indicadores Econômico-financeiros e de beneficiários](#), lançado hoje (23) pela Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), durante o 2º Fórum de Saúde Suplementar, no Rio de Janeiro.

Para a presidente da FenaSaúde, Solange Beatriz Palheiro Mendes, o resultado pode ser explicado pela deterioração do mercado de trabalho e a queda do rendimento das famílias. Os beneficiários desempregados deixam de contar com os planos pagos pelas empresas e, com isso, verifica-se a redução na aquisição de planos empresariais e próprios.

Solange Beatriz destacou que o Sudeste concentra o maior número de beneficiários de planos de saúde com relações de vínculos empregatícios. “Como foi a região que também teve a maior queda, isso reflete diretamente na nossa operação. O produto plano de saúde está diretamente ligado ao emprego e à renda”, disse.

Na última edição do levantamento, o Centro-Oeste mantinha o mesmo patamar de usuários em relação ao período anterior, inclusive com pequeno acréscimo. Neste boletim, entretanto, todas as regiões do país apresentaram declínio no número de usuários dos planos de saúde.

Apesar da recessão econômica, o levantamento aponta que o segmento de planos de saúde mostra uma capacidade de resistência, já que a redução do número de beneficiários foi bem menor do que a queda na renda e no emprego, considerando os últimos 12 meses (até setembro de 2016).

Perspectivas

A presidente da FenaSaúde apontou que o setor estima um decréscimo de 1% no próximo ano, em um universo de 70 milhões de usuários de planos de saúde no país. “Ainda é cedo, mas acho que se conseguirmos estabilizar nas taxas de 2016 será um avanço. Se a gente conseguir interromper essa tendência de queda será positivo”, completou.

De acordo com Solange, a recuperação da situação econômica do Brasil é determinante para a melhora do mercado. No evento no Rio de Janeiro, diferentes aspectos sobre a evolução do setor estão sendo avaliadas. Entre eles, como melhorar processos informativos para garantir a eficiência e, assim, evitar desperdícios, maximizar resultados, melhorar a qualidade e controlar o custo hospitalar. “São várias as iniciativas. O difícil é implementar e fazer com que todos participem no esforço de redução, inclusive de evitar que o rol de procedimentos tenha uma incorporação acelerada”, afirmou Solange.

Preços altos

O presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), José Carlos de Souza Abrahão, disse durante o fórum que beneficiários, provedores, prestadoras e governo precisam trabalhar para garantir a sobrevivência do sistema. “Precisamos agir enquanto ainda dá tempo. Temos que ter o compromisso de implementar mudanças e construir uma agenda positiva para a sobrevivência deste setor”, disse.

A presidente da federação reconheceu que os preços elevados dos planos são frequente motivo de

crítica por parte dos consumidores, mas acrescentou que isso ocorre porque os custos da medicina e da atenção à saúde são altos tanto para o sistema público, quanto para o privado. “Do valor arrecadado dos beneficiários, via prestação, é que se forma um fundo que a operadora gerencia para que aqueles que precisam utilizar possam se valer dos serviços. Então, não tem mágica: aquele bolo de arrecadação é que vai financiar o custeio. Como o custeio da saúde está caro, os serviços médicos são caros. A inflação médica é três vezes a inflação geral de preços”, informou.

Outro fator citado foi a frequência de uso do serviço. “A mensalidade está refletindo custos. Então, os custos devem ser combatidos inclusive com a conscientização do consumidor que deve também questionar o médico para saber se o procedimento é necessário, quanto custa, se não pode ser substituído por outro de igual eficácia”, disse.

Fonte: [Agência Brasil](#), em 24.11.2016.